

DOCUMENTACAO PREGAO 1162021

DISTRIBUIDORA GCR <distribuidoragcr@gmail.com>

Qua, 15/12/2021 13:47

Para: Comissao de Licitacao Municipal <licitacao@sabara.mg.gov.br>

Prezados Senhores

segue em anexo documentacao que ficou faltando para o pregao

--

Atenciosamente,

Deborah Mansur Drumond

GCR Dist. de Produtos Ltda

CNPJ : 08.108.696/0001-86

31 3621- 6896

WHATZAP : 31 986669975

SKYPE : deborahmansur



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS G.C.R. EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 08.108.696/0001-86

Certidão nº: 56692827/2021

Expedição: 13/12/2021, às 16:49:09

Validade: 10/06/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS G.C.R. EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **08.108.696/0001-86**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.